

# Diário do Legislativo de 30/10/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

## SUMÁRIO

### 1 - DELIBERAÇÕES DA MESA

#### 2 - ATAS

##### 2.1 - 412ª Reunião Ordinária

##### 2.2 - 47ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia

##### 2.3 - Reunião de Comissão

### 3 - MATÉRIA VOTADA

#### 3.1 - Plenário

### 4 - ORDENS DO DIA

#### 4.1 - Plenário

#### 4.2 - Comissões

### 5 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 5.1 - Comissão

### 6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## 8 - ERRATA

### DELIBERAÇÕES DA MESA

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.567

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Wanderley Ávila, a vigorar a partir de 1º/11/98, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.420, de 25/3/97, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo	AL-34





Supervisor de Gabinete	AL-25
Supervisor de Gabinete	AL-25
Supervisor de Gabinete	AL-25
Secretário de Gabinete	AL-18
Secretário de Gabinete	AL-18
Secretário de Gabinete	AL-18
Auxiliar de Gabinete	AL-13
Auxiliar de Gabinete	AL-13
Motorista	AL-10
Motorista	AL-10

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de outubro de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Elmo Braz.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.568

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Gilmar Machado, a vigorar a partir de 1º/11/98, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.427, de 25/3/97, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete	AL-29
Assistente Técnico de Gabinete	AL-29
Supervisor de Gabinete	AL-25
Supervisor de Gabinete	AL-25
Assistente de Gabinete	AL-23
Assistente de Gabinete	AL-23
Secretário de Gabinete	AL-18
Secretário de Gabinete	AL-18
Auxiliar de Gabinete	AL-13
Auxiliar de Gabinete	AL-13
Motorista	AL-10
Motorista	AL-10
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de outubro de 1998.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.569

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Miguel Barbosa, a vigorar a partir de 1º/11/98, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.530, de 31/3/98, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Supervisor de Gabinete	AL-25
Assistente de Gabinete	AL-23
Secretário de Gabinete	AL-18
Secretário de Gabinete	AL-18
Secretário de Gabinete	AL-18
Auxiliar de Gabinete	AL-13
Auxiliar de Gabinete	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de outubro de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Elmo Braz.

ATAS

ATA DA 412ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 28/10/98

Presidência do Deputado Romeu Queiroz

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofício nº 48/98, do Governador do Estado - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 61/98 - Projeto de Lei nº 1.950/98 - Requerimento nº 2.700/98 - Requerimento do Deputado Marcos Helênio - Comunicações: Comunicação da Comissão de Educação - Oradores Insritos: Discursos dos Deputados Alberto Pinto Coelho, Durval Ângelo, Gilmar Machado e Carlos Pimenta - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer da Comissão de Justiça sobre o Projeto de Lei nº 744/96; aprovação - Parecer da Comissão de Justiça sobre o Projeto de Lei nº 1.467/97; aprovação; verificação de votação; inexistência de "quorum" para votação; anulação da votação; renovação da votação do parecer; aprovação; verificação de votação; rejeição - Votação de Requerimentos: Requerimento do Deputado Marcos Helênio; aprovação - Requerimento nº 2.549/98; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Inexistência de "quorum" qualificado para votação de propostas de emenda à Constituição - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.381/97; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.727 e 1.799/98; aprovação - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Marcelo Gonçalves - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Aduato - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Ermano Batista - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Isabel do Nascimento - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Bonifácio - José Braga - José Maria Barros - José Militão - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Tarcísio Henriques - Toninho Zeitune - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Trópia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

- A Deputada Maria Olívia, 5ª-Secretária, nas funções de 2º- Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

- O Deputado Dilzon Melo, 5º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

#### OFÍCIO Nº 48/98

- O Ofício nº 48/98, do Governador do Estado, foi publicado na edição anterior.

#### OFÍCIOS

Do Sr. Lúcio Urbano, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando a síntese do relatório da "Pesquisa de Opinião Pública sobre a Justiça em Minas Gerais", realizada pelo Instituto Vox Populi.

Do Sr. João Heraldo Lima, Secretário da Fazenda, encaminhando os demonstrativos contábeis da administração direta e indireta e de fundos, referentes ao mês de agosto de 1998. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Neirim Goulart Duarte, Superintendente Estadual Adjunto em exercício do Banco do Brasil, informando, em atenção a requerimento do Deputado Geraldo Rezende, que as solicitações de prorrogação das operações de custeio de algodão, safra 1997/1998, estão sendo analisadas caso a caso pela agência do Município de Centralina. (- Anexe-se ao Requerimento nº 2.657/98.)

Do Sr. Carlos Alberto Pereira Gomes, Diretor de Produção Farmacêutica e Imunobiológica da Fundação Ezequiel Dias, convidando para o Seminário de Certificação de Fornecedores, a ser realizado por essa Fundação, em parceria com a Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica, nos dias 4 e 5/11/98. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Maurício Andrés Ribeiro, Presidente da FEAM, informando, em atenção a requerimento do Deputado Miguel Barbosa, que a Usina Hidrelétrica de Furnas foi convocada, em abril de 1998, a proceder ao seu licenciamento ambiental corretivo e que nesse licenciamento está previsto que a empresa Furnas Centrais Elétricas efetuará o diagnóstico de todas as fontes de poluição ou degradação do lago de Furnas. (- Anexe-se ao Requerimento nº 2.631/98.)

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61/98

Dá nova redação ao inciso II do art. 106 da Constituição do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O inciso II do art. 106 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 106 - .....

II - julgar, em grau de recurso:

a) ação cível em que for autor, réu, assistente ou oponente o Estado, o Município e respectivas entidades da administração indireta, excluídas aquelas referentes a matéria fiscal ou tributária;

b) decisão proferida por Juiz da Infância e Juventude;

c) causa relativa a família, sucessão, estado e capacidade das pessoas;

d) causa relativa a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

e) causa relativa a infração penal a que seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativa ou alternativamente, excetuada a relativa a crime contra o patrimônio e a crime relativo a tóxico ou entorpecente;

f) causa relativa a crime de competência do Tribunal do Júri;

g) decisão sobre mandado de segurança, "habeas-corpus" e "habeas-data" proferida por Juiz de Direito e relacionada com causa de sua competência recursal."

Art. 2º - O Tribunal de Justiça e o Tribunal de Alçada conservarão residualmente sua competência para o processo e julgamento dos feitos e recursos entregues, nas respectivas Secretarias, até a data da promulgação desta emenda à Constituição, observadas as regras de competência vigentes na mesma data, ainda que não registrados ou autuados, bem como das ações rescisórias e revisões criminais de seus julgados.

Art. 3º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, de de 1998.

Tarcísio Henriques - Ermano Batista - Pêrcles Ferreira - Ronaldo Vasconcellos - Anivaldo Coelho - Álvaro Antônio - Agostinho Patrús - Francisco Ramalho - Ailton Vilela - Hely Tarquínio - José Maria Barros - Carlos Pimenta - Jorge Eduardo de Oliveira - Wilson Pires - Sebastião Costa - Miguel Martini - José Bonifácio - Rêmo Aloise - Arnaldo Penna - José Militão - João Leite - Ivair Nogueira - Ibrahim Jacob - José Henrique - Maria Olívia - Miguel Barbosa.

Justificação: Esta proposta de emenda à Constituição do Estado, nos termos de seu art. 64, I, diz respeito à necessidade imperiosa de se ajustar a Segunda Instância do Poder Judiciário às demandas decorrentes do já elevado e sempre crescente número de recursos apresentados a seu julgamento.

De fato, a instalação de inúmeras comarcas e varas, criadas pela Lei Complementar nº 38, de 1995, em todo o Estado, bem como o natural crescimento da busca por justiça, que tem por consequência o aumento do número de processos em geral, não foram acompanhados, nos últimos tempos, pela necessária ampliação dos quadros da magistratura de segundo grau.

Estão os Tribunais de Justiça e de Alçada, por essas razões, assoberbados de trabalho. Essa situação, desnecessário dizer, gera justificável frustração na opinião pública, que reclama seja a atuação dos órgãos do Estado, em especial do Poder Judiciário, célere e de qualidade.

Exige-se dos órgãos do Legislativo, do Executivo e do Judiciário resposta pronta e eficaz à demanda apresentada.

Acresce que, com a instalação dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da Lei Federal nº 9.099, de 1995, verificou-se sensível diminuição no número de recursos de natureza criminal, de competência do Tribunal de Alçada, absorvidos que foram pelas Turmas Recursais daqueles juizados.

Diante disso, necessária se faz a alteração do art. 106, II, da Constituição do Estado, como na proposta, transferindo-se para a jurisdição do Tribunal de Alçada parte da atual competência recursal do Tribunal de Justiça: na área cível, os recursos versando sobre registros públicos, matéria fiscal, falência e concordatas; e em matéria criminal, os crimes falimentares e os crimes referentes a tóxicos e entorpecentes.

Percebe-se, pelos motivos expostos, que a proposição representa um passo real para o aprimoramento dos mecanismos de funcionamento do Poder Judiciário, que se tornará mais apto para atender com eficácia as demandas da população.

- Publicada, vai a proposta à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.950/98

Declara de utilidade pública o Centro de Educação Especial Inaplic, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro de Educação Especial Inaplic, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 21 de outubro de 1998.

João Batista de Oliveira

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 2.700/98, da Comissão de Educação, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Educação com vistas a que sejam tomadas providências contra a proposta de fechamento da Escola Estadual Brasil, no Município de Varginha. (- À Comissão de Educação.)

- É também encaminhado à Mesa requerimento do Deputado Marcos Helênio.

- É também encaminhada à Mesa comunicação da Comissão de Educação.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados Alberto Pinto Coelho, Durval Ângelo, Gilmar Machado e Carlos Pimenta proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

##### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

##### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Educação - aprovação, na sua 19ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 1.775/98, do Deputado Francisco Ramalho; 1.785/98, do Deputado Ambrósio Pinto; e 1.796/98, do Deputado Wanderley Ávila; e os Requerimentos nºs 2.665/98, do Deputado Mauri Torres; 2.668/98, do Deputado Gilmar Machado; 2.670/98, do Deputado Bené Guedes; 2.675/98, do Deputado Ibrahim Jacob; e 2.685/98, do Deputado Marcos Helênio (Ciente. Publique-se.).

##### Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer da Comissão de Justiça sobre o Projeto de Lei nº 744/96, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre o registro estatístico dos índices de violência e criminalidade no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Arquite-se o projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre o Projeto de Lei nº 1.467/97, da Deputada Maria Olívia, que institui a obrigatoriedade de identificação de empresa, na parte traseira dos veículos de transporte de carga de sua propriedade, licenciados no Estado de Minas Gerais. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Durval Ângelo - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram 15 Deputados, número insuficiente para votação, motivo por que a Presidência a torna sem efeito.

Tendo em vista a chegada de diversos Deputados no Plenário, a Presidência vai renovar a votação do parecer. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Gilmar Machado - Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação por meio do processo eletrônico e solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 9 Deputados, votaram "não" 30 Deputados, o que perfaz um total de 39. Está rejeitado o parecer. À Comissão de Transporte.

##### Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Marcos Helênio, solicitando audiência da Comissão de Administração Pública, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.913/98, do Governador do Estado. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento nº 2.549/98, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando informações à Defensoria Pública do Estado sobre a lista dos Defensores Públicos com as respectivas lotações discriminadas por município, bem como a lista dos Defensores Públicos ocupantes de função pública e a cópia dos convênios realizados com as Prefeituras. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2, com parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.549/98 com as Emendas nºs 1 e 2. Oficie-se.

##### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

##### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os vetos às Proposições de Lei nºs 13.761, 13.834, 13.837 e 13.839, o Projeto de Resolução nº 1.859/98 e os Projetos de Lei nºs 547/95, 1.761/98, 627 e 272/95 e 1.571/97, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã. A Presidência verifica, de plano, que não há "quorum" qualificado para a votação das propostas de emenda à Constituição, mas que o há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

##### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.381/97, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza a reversão ao domínio do Município de Poço Fundo do

imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.381/97, na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.727/98, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a regulamentação, no Estado, do uso dos serviços de telefonia de prefixos 900 e 0900. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas opinam por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Transporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.799/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Formiga, para o fim que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Persistindo a falta de "quorum" qualificado para a votação das propostas de emenda à Constituição, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 29, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às onze horas do dia trinta de setembro de mil novecentos e noventa e oito, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Romeu Queiroz, Presidente; Cleuber Carneiro, 1º-Vice-Presidente; Francisco Ramalho, 2º-Vice-Presidente; Geraldo Rezende, 3º-Vice-Presidente; Elmo Braz, 1º-Secretário; Ivo José, 2º-Secretário; Marcelo Gonçalves, 3º-Secretário; Dilzon Melo, 4º-Secretário, e Maria Olívia, 5ª-Secretária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. Iniciada a reunião, a Mesa decide aprovar os novos critérios previstos nas Decisões de 28/2/96 e de 29/12/97; definir os critérios para a nomeação de servidores para os cargos de que trata a Lei nº 9.384, de 18/12/86; determinar à Diretoria-Geral que proceda a estudos para análise da conveniência de se aplicar à COFAL - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários - as disposições da Decisão de 7/5/97; fixar as diretrizes para a ocupação dos gabinetes parlamentares para a próxima legislatura; aprovar o requerimento dos Representantes dos Servidores, prorrogando para o mês de novembro o desconto da parcela a que se refere a Decisão de 31/8/98. Em seguida, é aprovada, por meio da Deliberação da Mesa nº 1.565, de 1998, a nova estrutura do gabinete do Deputado Miguel Martini, e é alterada, por meio da Deliberação da Mesa nº 1.566, de 1998, a Deliberação da Mesa nº 390, de 1989. A seguir, o Presidente distribui as matérias aos relatores, cabendo ao Deputado Cleuber Carneiro o processo oriundo da Tomada de Preços nº 2/98, destinado à contratação de empresa de engenharia para a reforma do sistema de hidrantes, fornecimento e instalação do sistema de alarme do Palácio da Inconfidência, fornecimento e instalação do sistema de "sprinklers", bem como a sua interligação ao sistema de alarme já existente no Edifício Tiradentes, com o fornecimento de todos os materiais necessários; ao Deputado Francisco Ramalho, o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e as Rádios Belo Horizonte Ltda. - BH FM - e Tiradentes Ltda. - CBN -, tendo como objeto a veiculação de programa diário sobre o Poder Legislativo em Belo Horizonte; o processo contendo o termo aditivo para prorrogação, até 31/1/99, do contrato celebrado entre a Assembléia e a PR Paula Consultores Associados S.C. Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria; o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a empresa Circuito Integrado Comunicação Ltda., tendo como objeto o registro de veiculação de programas da Assembléia por emissoras de rádio; os processos contendo os termos aditivos aos contratos celebrados entre a Assembléia e as empresas Radiografias Bucodental Ltda., Clínica de Radiografia Odontológica, Centro de Radiografias Odontológicas Ltda., Núcleo Odontológico Armond Ltda., Radiologia Odonto-Facial Ltda., Simão Radiografias Dentárias Ltda. e Núcleo Especializado em Radiografia e Diagnóstico Bucal Ltda., todos tendo como objeto a alteração do prazo de validade do pedido de exame de Raios X; o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Nuclear Medcenter Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços médicos nas especialidades de medicina nuclear, densitometria óssea e cintilografia óssea aos integrantes do plano de assistência da Casa, e o processo contendo o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Assembléia e a Ariza e Moura Ortodontia Ltda., tendo como objeto a alteração dos procedimentos relativos à tramitação das fichas odontológicas; ao Deputado Geraldo Rezende, o processo contendo o termo aditivo para a prorrogação do contrato celebrado entre a Assembléia e a Use Táxi RMBH Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de transporte em táxi, e o processo contendo os termos de contrato a serem celebrados, sob o regime da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e da Lei Estadual nº 9.444, de 1987, entre a Assembléia e os Srs. Cláudio Francisco Martins Teixeira, Denise Rochael Mendes, Nelson Cruz, Marilda Castanha, Ana Raquel Máximo, Maria do Carmo Brandão, Sônia Marta Junqueira, Elias José, Ronaldo Simões Coelho e Vivina de Assis Viana, tendo como objeto a cessão de direitos autorais de textos e ilustrações, conforme mencionado nos respectivos contratos, para a 2ª edição da coleção "Cidadão Mirim"; ao Deputado Ivo José, o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Densimed - Diagnósticos Médicos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços médicos na especialidade de densitometria óssea aos integrantes do plano de assistência da Casa; os processos contendo os termos de contrato a serem celebrados entre a Assembléia e as empresas Mastoclínica S.C. Ltda. e Centro Especializado em Ultrassonografia Ltda., ambos tendo como objeto a prestação de serviços médicos nas especialidades de ultrassonografia e mamografia aos integrantes do plano de assistência da Casa; o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e o Instituto Mineiro de Radiodiagnóstico S.C. Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços médicos nas especialidades de tomografia computadorizada, eletroneuromiografia, eletroencefalografia, ultrassonografia, ecodoppler, ecocardiografia, radiodiagnóstico e mamografia aos integrantes do plano de assistência da Casa; o processo contendo o termo aditivo que trata da alteração do contrato celebrado entre a Assembléia e a Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de reforma completa do sistema de ar condicionado e exaustão mecânica, incluindo o fornecimento de equipamentos, componentes e materiais, com automação completa, por meio de controle digital, em dez gabinetes do Palácio da Inconfidência, e o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Clínica de Odontologia para Pacientes Especiais S.C. Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica na especialidade de clínica geral aos integrantes do plano de assistência da Casa; ao Deputado Dilzon Melo, o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Pronto-Olho Sociedade Civil Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços médicos na especialidade de oftalmologia. Os relatores examinam as matérias, e, em seguida, passa-se à apresentação, à discussão e à votação dos pareceres. Com a palavra, o Deputado Cleuber Carneiro manifesta-se sobre o processo oriundo da Tomada de Preços nº 2/98, destinado à contratação de empresa de engenharia para a reforma do sistema de hidrantes, fornecimento e instalação do sistema de alarme do Palácio da Inconfidência, fornecimento e instalação do sistema de "sprinklers", bem como a sua interligação ao sistema de alarme já existente no Edifício Tiradentes, com o fornecimento de todos os materiais necessários - parecer favorável - parecer favorável à homologação da licitação, referente à Tomada de Preços nº 2/98, autorizando a respectiva despesa em favor das empresas Prumoenge Montagens e Construções Ltda., vencedora para o subitem 1.1.1, e Resmat Parsch Sistemas Contra Incêndio Ltda., vencedora para o subitem 1.1.2 - aprovado. Logo após, o Deputado Francisco Ramalho apresenta os pareceres que emitiu sobre os seguintes processos: o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e as Rádios Belo Horizonte Ltda. - BH FM - e Tiradentes Ltda. - CBN -, tendo como objeto a veiculação de programa diário sobre o Poder Legislativo em Belo Horizonte - parecer favorável, com inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993, autorizando a respectiva despesa - aprovado; o processo contendo o termo aditivo para prorrogação, até 31/1/99, do contrato celebrado entre a Assembléia e a PR Paula Consultores Associados S.C. Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa - aprovado; o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a empresa Circuito Integrado Comunicação Ltda., tendo como objeto o registro de veiculação de programas da Assembléia por emissoras de rádio - parecer favorável à contratação direta da empresa, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I, da Lei nº 8.666, de 1993, autorizando a respectiva despesa - aprovado; os processos contendo os termos aditivos aos contratos celebrados entre a Assembléia e as empresas Radiografias Bucodental Ltda., Clínica de Radiografia Odontológica, Centro de Radiografias Odontológicas Ltda., Núcleo Odontológico Armond Ltda., Radiologia Odonto-Facial Ltda., Simão Radiografias Dentárias Ltda. e Núcleo Especializado em Radiografia e Diagnóstico Bucal Ltda., todos tendo como objeto a alteração do prazo de validade do pedido de exame de Raios X - parecer favorável, tendo em vista a nova sistemática de serviços implantada pela Coordenação de Saúde e Assistência - aprovado; o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Nuclear Medcenter Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços médicos nas especialidades de medicina nuclear, densitometria óssea e cintilografia óssea aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, com inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993, autorizando a respectiva despesa - aprovado; e o processo contendo o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Assembléia e a Ariza e Moura Ortodontia Ltda., tendo como objeto a alteração dos procedimentos relativos à tramitação das fichas odontológicas - parecer favorável, tendo em vista a nova sistemática de serviços implantada pela Coordenação de Saúde e Assistência - aprovado. Isso posto, o Deputado Geraldo Rezende passa a relatar o processo contendo o termo aditivo para prorrogação do contrato celebrado entre a Assembléia e a Use Táxi RMBH Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de transporte em táxi - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa - aprovado; e o processo contendo os termos de contrato a serem celebrados, sob o regime da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e da Lei Estadual nº 9.444, de 1987, entre a Assembléia e os Srs. Cláudio Francisco Martins Teixeira, Denise Rochael Mendes, Nelson Cruz, Marilda Castanha, Ana Raquel Máximo, Maria do Carmo Brandão, Sônia Marta Junqueira, Elias José, Ronaldo Simões Coelho e Vivina de Assis Viana, tendo como objeto a cessão de direitos autorais de textos e ilustrações, conforme mencionado nos respectivos contratos, para a 2ª edição da coleção "Cidadão Mirim" - parecer favorável, com base na Lei Federal nº 8.666, de 1993, e na Lei Estadual nº 9.444, de 1987, autorizando a respectiva despesa - aprovado. Ato contínuo, o Deputado Ivo José passa a relatar as seguintes matérias: o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Densimed - Diagnósticos Médicos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços médicos na especialidade de densitometria óssea aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, com inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993, autorizando a respectiva despesa - aprovado; os processos contendo os termos de contrato a serem celebrados entre a Assembléia e as empresas Mastoclínica S.C. Ltda. e Centro Especializado em Ultrassonografia Ltda., ambos tendo como objeto a prestação de serviços médicos nas especialidades de ultrassonografia e mamografia aos integrantes do plano de assistência da Casa - pareceres favoráveis, ambos com inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993, autorizando as respectivas despesas - aprovados; o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e o Instituto Mineiro de Radiodiagnóstico S.C. Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços médicos nas especialidades de tomografia computadorizada, eletroneuromiografia, eletroencefalografia, ultrassonografia, ecodoppler, ecocardiografia, radiodiagnóstico e mamografia aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, com inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993, autorizando a respectiva despesa - aprovado; o processo contendo o termo aditivo que trata da alteração do contrato celebrado entre a Assembléia e a Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A.,

tendo como objeto a prestação de serviços de reforma completa do sistema de ar condicionado e exaustão mecânica, incluindo o fornecimento de equipamentos, componentes e materiais, com automação completa, por meio de controle digital, em dez gabinetes do Palácio da Inconfidência - parecer favorável - aprovado; e o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Clínica de Odontologia para Pacientes Especiais S.C. Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica na especialidade de clínica geral aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, com inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993, autorizando a respectiva despesa - aprovado. Também faz uso da palavra o Deputado Dilzon Melo, para manifestar-se sobre o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Pronto-Olho Sociedade Civil Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços médicos na especialidade de Oftalmologia - parecer favorável, com inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993, autorizando a respectiva despesa - aprovado. A seguir, são aprovados atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da Secretaria desta Assembléia, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs 1.113, 1.115, 1.149 e 1.160, de 1995, 1.376, 1.397 e 1.507, de 1997, 1.528, 1.535, 1.546, 1.558, 1.559 e 1.565, de 1998. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: exonerando, a partir de 24/9/98, Ivone Lopes Machado Moreira do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete do Deputado Jorge Hannas, Vice-Líder do PFL; exonerando, a partir de 30/9/98, José Neves de Siqueira do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia; nomeando Clara Lúcia Campos Siqueira para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, a partir da data da posse e até 31/1/99, data de encerramento da 13ª Legislatura; aposentando, por invalidez permanente, com proventos integrais, a partir de 30/9/98, Joselita Barreiros Laviola, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa; exonerando Luciana Toledo de Souza do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete; nomeando Fabrizio Dias Gomes para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 14 de outubro de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José.

#### ATA DA 19ª REUNIÃO Ordinária da comissão de agropecuária e agroindustrial

Às dez horas do dia dezoito de agosto de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Aílton Vilela e Gilmar Machado (substituindo este a Deputada Maria José Hauelsen, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilmar Machado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião destina-se a apreciar a matéria constante na pauta e, logo após, procede à leitura da seguinte correspondência: ofício do Presidente da Associação dos Produtores de Sementes e Mudanças do Estado de Minas Gerais - APSEMG - , publicado na edição de 7/8/98; Ofício nº 389/98, do Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, publicado na edição de 14/8/98 - a Presidência designa o Deputado Aílton Vilela para analisar a matéria e emitir parecer; ofício do Sr. Eduardo Antônio P. Campelo, comunicando sua nomeação, pelo Governador do Estado, para Diretor-Geral do IMA; e a revista "Tecnologia e Treinamento Agropecuário", nº 7, do Centro de Produções Técnicas de Viçosa. Em seguida, o Deputado Paulo Piau avoca a si a relatoria, no 1º Turno, do Projeto de Lei nº 1.810/98, do Governado do Estado. Passando-se à 2ª Parte da reunião, o Deputado Paulo Piau passa a Presidência ao Deputado Aílton Vilela e apresenta requerimento em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão com o objetivo de discutir a exclusão da base de cálculo da Contribuição Social e o resultado positivo obtido pelas cooperativas nas operações realizadas com seus associados. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Reassumindo a Presidência, o Deputado Paulo Piau determina ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura de requerimento do Deputado Geraldo Nascimento, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão com a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, com a finalidade de se discutir os impactos da agricultura tradicional e da cultura do eucalipto sobre a qualidade das águas no vale do rio Doce. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 1998.

Paulo Piau, Presidente - Aílton Vilela - Maria José Hauelsen.

#### MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 304ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 28/10/98

Foi aprovada a seguinte proposição:

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 1.441/97, do Deputado Marcos Helênio, na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1.

#### ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 414ª reunião ordinária, EM 3/11/98

##### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97, do Deputado Ermano Batista, que dá nova redação ao art. 180 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Votação em 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 53/98, do Deputado Romeu Queiroz, que altera os arts. 73, 74, 155, 157 e 158 da Constituição mineira e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dispondo sobre a destinação de recursos para o cumprimento de propostas prioritizadas em audiências públicas regionais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.614/98, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que acrescenta dispositivo à Lei nº 12.708, de 29/12/97, que dispõe sobre o Programa de Fomento de Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.112/97, do Deputado José Bonifácio, que altera dispositivos da Lei nº 10.561, de 27/12/91, que dispõe sobre a política florestal no Estado. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Foram apresentadas ao projeto as Emendas nºs 1 a 4.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.114/97, do Deputado Raul Lima Neto, que torna obrigatória a existência de instalações sanitárias de uso gratuito para os passageiros em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus intermunicipais. A Comissão de Direitos Humanos perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.186/97, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a proibição do uso dos cerrados e dos cerrados secundários do domínio estadual para fins de carvoejamento. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.442/97, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o poder público comunicar a requisição de força policial para reintegração de posse nos casos e condições que especifica. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 36/98, do Deputado Ronaldo Vasconcelos, que altera a composição do Colar Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que trata o art. 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93, que relaciona os municípios que compõem o Colar Metropolitano. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 33/98, do Deputado Antônio Júlio, que dá nova redação ao art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.424/97, da Deputada Maria José Hauiesen, que determina o pagamento de indenizações às vítimas de torturas praticadas nas dependências do extinto DOPS. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 1, da mesma comissão, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Justiça, e com a Subemenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, à Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.470/97, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 11, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 11, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 a 7, e 9 a 11, da Comissão de Justiça; e pela rejeição da Emenda nº 8, da referida Comissão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.569/97, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que assegura o oferecimento gratuito, pelo Estado, dos exames para diagnóstico da AIDS às gestantes atendidas pela rede pública. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.800/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.465/97, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre medidas educativas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.485/97, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que especifica ao Município de Divinópolis. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.584/97, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que cria a campanha estadual de prevenção de acidente doméstico. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.645/98, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 12.735, de 30/12/97, que dispõe sobre o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 3/11/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão de assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 15h30min do dia 3/11/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.284/97, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.774/98, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.797/98, do Deputado Cleuber Carneiro; 1.714/98, do Deputado Ermano Batista; 1.869/98, do Deputado Geraldo Rezende; 1.783/98, do Deputado Miguel Martini; 1.791 e 1.794/98, do Deputado Paulo Schettino; 1.773/98, do Deputado Romeu Queiroz; 1.776 e 1.786/98, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 4/11/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 4/11/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.693 a 2.697/98, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 4/11/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Convidados: Srs. João Batista Rezende, Superintendente Regional do INCRA, e Maria Antônia Costa Nogueira, Diretora Política para Reforma Agrária da FETAEMG, que debaterão os efeitos dos cortes orçamentários da União no processo de reforma agrária no Estado.

Ordem do dia da 101ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 4/11/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.479/97, do Deputado José Bonifácio.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.696/98, do Deputado Anderson Aduato; 1.699/98, da CPI do IPSEMG; 1.202/97, da Deputada Maria José Hauelsen.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 4/11/98

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.467/97, da Deputada Maria Olívia; 1.727/98, do Deputado Raul Lima Neto.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.671/98, do Deputado Bené Guedes; 2.686/98, do Deputado Geraldo Rezende; 2.677/98, do Deputado Wanderley Ávila.

### Discussão e votação de proposições da Comissão.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 60/98

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alencar da Silveira Júnior, Gilmar Machado, Luiz Fernando Faria e Olinto Godinho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/11/98, às 15h15min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 1998.

**Aílton Vilela, Presidente.**

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.810/98

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

#### Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 1.810/98 altera o Anexo I da Lei nº 12.425, de 27/12/96, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Publicada, a matéria foi distribuída, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno, às Comissões de Constituição e Justiça, de Política Agropecuária e Agroindustrial e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Por força de requerimento aprovado em Plenário, na reunião do dia 8/7/98, a Comissão de Defesa do Consumidor também deverá opinar sobre o projeto.

Ao examinar preliminarmente a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Cumpre-nos, agora, opinar sobre o assunto, quanto ao mérito.

#### Fundamentação

O Anexo I da Lei nº 12.425, de 1996, o qual se pretende modificar por meio do projeto de lei em análise, traz a tabela com os valores da taxa de expediente relativa a ato de autoridade administrativa, no caso, do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. A proposição tem por objetivo, especificamente, reduzir os valores cobrados pela emissão de documentos dessa autarquia relativos ao registro de produtos, ao abate de animais (aves, bovinos, eqüinos, suínos e outros) e ao leite de consumo pasteurizado ou esterilizado.

Os valores constantes nessa tabela foram objeto de ampla discussão nesta Comissão, durante audiência pública realizada em março de 1997, com representantes do IMA, da Secretaria da Fazenda e do setor produtivo agroindustrial. Na ocasião, constatou-se que os índices praticados eram excessivos e oneravam sobremaneira a produção, devendo, por isso, ser revistos. A redução desses valores, como ora se propõe, é, portanto, medida louvável e oportuna.

Conforme se depreende da mensagem governamental, tal revisão resulta de estudos da Câmara Setorial de Produtos de Origem Animal, da qual participam o Governo do Estado e representantes de entidades privadas ligadas ao setor, e objetiva adaptar as taxas de expediente à realidade do mercado de carcaças de bovinos, suínos e aves.

A Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, inclui na relação, a nosso ver, acertadamente, o abate de bufalinos.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.810/98 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Paulo Piau, Presidente e relator - Maria José Haueisen - Aílton Vilela.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 28/10/98, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.420 e 1.427, de 1997, 1.521, 1.528, 1.530, 1.567, 1.568 e 1.569, de 1998, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Agostinho Patrús

exonerando, a partir de 31/10/98, Bruno Montarrios Neto Almeida do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02.

Gabinete do Deputado Gilmar Machado

exonerando, a partir de 3/11/98, Luiz Ronaldo Carvalho do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29;

nomeando Evandro Xavier Gomes para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

nomeando Luiz Ronaldo Carvalho para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13.

Gabinete do Deputado Miguel Barbosa

exonerando, a partir de 1º/11/98, Carlos Alberto Nogueira Bayão do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando, a partir de 1º/11/98, Elisa Matioli Paulino da Costa do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando, a partir de 1º/11/98, Epaminondas Barbosa Aguiar do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando, a partir de 3/11/98, Lêda Lima do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10;

exonerando, a partir de 1º/11/98, Rosely de Souza Pantaleão do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

exonerando, a partir de 3/11/98, Wânia Aparecida Vinhal do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

nomeando Ana Maria Fraga Brant para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

nomeando Lêda Lima para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

nomeando Telma Terezinha Leite Marques para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

nomeando Wânia Aparecida Vinhal para cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18.

Gabinete do Deputado Ronaldo Vasconcellos

exonerando, a partir de 3/11/98, Maria José Machado Cunha Souza do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Luciana Castro Pacheco para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Gabinete do Deputado Wanderley Ávila

exonerando, a partir de 3/11/98, Alessandra Maria Silveira Lopes do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando, a partir de 3/11/98, Luís Carlos de Ávila do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23;

exonerando, a partir de 3/11/98, Maria Zilah Campos do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23;

exonerando, a partir de 3/11/98, Sueli Teixeira Gomes Miranda do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10;

nomeando Alessandra Maria Silveira Lopes para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

nomeando Luís Carlos de Ávila para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25;

nomeando Maria Zilah Campos para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25;

nomeando Sueli Teixeira Gomes Miranda para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.090, de 29/12/90, 5.132, de 31/5/93, e 5.134, de 10/9/93, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 970, de 14/9/93, 1.225, de 14/6/95, e 1.390, de 17/2/97, assinou os seguintes atos:

dispensando, a partir de 1º/11/98, Ivo Gomes da Silva da Função Gratificada de Nível Superior, com exercício na Área de Finanças e Contabilidade, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

dispensando, a partir de 1º/11/98, Marcílio França Castro da Função Gratificada de Nível Superior, com exercício na Área de Consultoria Temática, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.142, de 31/5/94, e 5.157, de 13/7/95, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.225, de 14/6/95, 1.283, de 10/1/96, e 1.310, de 27/3/96, assinou o seguinte ato:

dispensando, a partir de 1º/11/98, Maria Aparecida Penido de Oliveira, da Função Gratificada de Assessoramento III, com exercício na Área de Apoio às Comissões, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

#### Termo de Aditamento

**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Contratada:** Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A. **Objeto:** reforma do sistema de ar condicionado e exaustão mecânica em dez gabinetes do Palácio da Inconfidência. **Objeto deste aditivo:** alteração. **Dotação orçamentária:** 3.1.3.2.

#### ERRATA

Extratos de Convênio Lei 12.705 de 23/12/97

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/10/98, pág. 38, col. 2, no Convênio Nº 00661/98, onde se lê:

"Objeto: Assistência medica e odontologica a populacao carente e manutencao da entidade e dos veiculos.", leia-se:

"Objeto: Assistência médica e odontológica a população carente e manutenção da entidade e dos veículos. Aquisição de próteses e óculos.".